

A redação científica como um sentido de utilidade pública

Editorial

Yuliana Gómez Zapata*
Diretora editorial

Como diretora editorial de um periódico científico e pesquisadora das ciências econômicas, acredito, sem dúvida, que escrever é uma arma poderosa para mudar o mundo. O Código de Hamurabi demonstrou isso ao fornecer elementos legais de grande valor para a Babilônia e o mundo antigo, que tornaram-se a base histórica do direito. A contabilidade também o fez quando, ainda, “(...) antes da invenção da escrita suméria (...) no final do quarto milênio aC, no Oriente Médio era praticada (...) por meio de pequenas contas, pequenos objetos de barro em várias formas, cada uma simbolizando uma mercadoria particular” (Schmandt-Besserat, 2008, p. 1). Hoje, essa forma de linguagem - a conta - domina o mundo dos negócios.

A redação, claro, é uma construção social que se materializa em um sistema de símbolos para comunicar, sua função mais significativa (Romero, 2013); pode se adaptar a ambientes culturais modificando seus códigos, mas preservando seu sentido significativo. Do ponto de vista da pesquisa, o sentido da redação - então - tem a ver com a publicação e divulgação de pesquisas nas quais homens e mulheres trabalham cotidianamente para resolver problemas complexos e urgentes nas sociedades; gostaria de pensar que, sim, é esse o sentido de divulgar o que nós investigamos.

Escrever cientificamente também tem a ver com uma exposição dos nossos sentidos da sociedade, do ponto de vista ético e estético; com senso de moralidade e com a possibilidade de que o que é comunicado alcance aqueles que recebem o código. É inegável que nós, como pesquisadores, unimos esforços para que a redação científica continue e que nossos resultados sejam divulgados por meio dela para que cheguem a mais pessoas e sejam úteis. Aqui, a existência de publicações seriadas ou periódicos como este é de vital importância.

* Diretora editorial do periódico En-Contexto. Graduação em Ciências Contábeis. Mestrado em Ciências Contábeis. Doutora em Humanidades e Artes com menção em Ciências da Educação. Membro da Red Colombiana de Editores y Revistas de Contables REDITORES. Diretora do grupo de pesquisa Observatório Público e professora e pesquisadora do Tecnológico de Antioquia Institución Universitaria, Medellín, Colômbia.
ygomezza@tdea.edu.co
ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4134-4056>

No entanto, quero colocar em tensão a utilidade de nossas publicações, portanto, nosso exercício escriturístico. E o posiciono em debate a partir desta plataforma acadêmico-científica, porque me permite “me expor” na esfera pública e, por conseguinte, gerar discussões que nos permitam refletir sobre o nosso sentido de pesquisar e se apropriar do conhecimento nas universidades que, em além disso, são um espaço público-político em constante disputa.

Proponho a discussão a partir da experiência, então, como pesquisadores, “(...) nosso comportamento parece ser quase patológico ao privilegiar a lógica bibliométrica sobre a utilidade pública do conhecimento. Continuo insistindo que estamos confundindo o sentido de nossas práticas escriturísticas e, portanto, de nossas publicações” (Gómez-Zapata, 2020, p. 37). Também o proponho do público como aquilo que, de uma visão arendtiana (Arendt, 2009), é o que todos podemos ver e ouvir; que tem a publicidade mais ampla possível.

O público, além de sua polissemia, se refere à cena do coletivo, o espaço onde se dá o debate de ideias, do que é visível e não desaparece no interior do privado; o público coexiste em um espaço comum. Este convite a pensar o público como categoria fundamental da vida social, permite compreendê-lo para além do que é de todos, mas do que se refere a uma construção coletiva. Isso coloca à redação em um cenário eminentemente público.

Enquanto isso, que sentido do público têm as publicações que fazemos para atender a indicadores, às vezes sem sentido, acima da utilidade que esse conhecimento divulgado pode ter nas comunidades humanas com as quais trabalhamos? A utilidade pública do que escrevemos deve estar situada na realidade de pessoas de todas as cores e organizações, mas, ao contrário, o que escrevemos visa reproduzir o capital cognitivo colonial e, claro, aumentar a Injustiça cognitiva gerada pelas publicações seriadas de “alto impacto” pertencentes às principais editoras científicas.

O professor e grande mestre de contabilidade crítica, Jorge Manuel Gil, diria em uma conferência na Universidad Javeriana da cidade de Cali na Colômbia em 5 de março de 2021, sobre a celebração do clássico dia do contador público colombiano, que “a contabilidade deve ser socialmente útil”, e eu o comemoro porque, como disciplina, está considerando seu sentido de utilidade para alguém, para algo. O que escrevemos e que, pela sua própria finalidade, permanece na memória histórica e coletiva das gerações que nos sucedem, deve ter uma responsabilidade sócio-histórica de utilidade pública; uma chamada para nós que pesquisamos e escrevemos cientificamente.

Como catarse, mas também como sujeito capaz de pensar os problemas da sociedade em que vivo e de questionar o sentido do que faço como professora universitária a quem os impostos dos cidadãos pagam o seu salário, quero propor, do ponto de vista público, que repensem o que pesquisamos e o que escrevemos. Pensar na

colonialidade de nossas práticas também ajuda a nos conscientizar, a percebê-la; diria o professor Olver Quijano (2017):

Como resultado de inúmeras conversas em múltiplos espaços e com diferentes acadêmicos e intelectuais, começamos a ampliar nossa compreensão de alguns fenômenos urgentes do mundo contemporâneo, que aparentemente se configuraram como algozes da esperança de homens e mulheres de diferentes partes do mundo. Uma certa invasão tanto dos territórios quanto do imaginário por práticas e discursos neocoloniais, aliada ao papel da primazia das visões economicistas em nossas vidas, vem gerando gradativamente a sensação de como as atuais e históricas relações sociais desiguais constituem uma espécie de condições naturais e imperativos do desenvolvimento e reorganização do sistema capitalista, apresentado desta vez como uma opção solitária pela racionalização, moralização e normalização das sociedades, independentemente de suas urgências e singularidades (p. 51).

Referências

- Arendt, H. (2009). *La condición humana*. Paidós.
- Gómez-Zapata, Y. (2020). Una posibilidad de pensar sobre el devenir de nuestras prácticas escriturales a partir de la crisis. *En-Contexto*, 8(12), 37-39.
- Quijano, O. (2017). (Neo) liberalismo, producción y criminalización de la pobreza. *En-Contexto*, 5(6), 49-64.
- Romero, F. (2013). La importancia de la escritura científica. *Jurídicas CUC*, 9(1), 5-6. <file:///C:/Users/ygomezza/Downloads/455-Texto%20del%20art%C3%ADculo-1421-1-10-20150128.pdf>
- Schmandt-Besserat, D. (2008). *Dos precursores de la escritura: cuentas simples y complejas*. <https://sites.utexas.edu/dsb/files/2015/10/precursoresescrituras.pdf>

Para citar este artigo:

Gómez-Zapata, Y. (2021). A redação científica como um sentido de utilidade pública. *En-Contexto*, 9(14), 43-45.

